# *De olho no voto e no vestibular*

**Sociologia**

Enviado por:

Postado em:03/05/2010

Em ano de eleição, refletir sobre o assunto é importante não só pelo exercício da cidadania, mas porque ele pode aparecer no vestibular. Fique atento à história do voto e suas características atuais

Por Anna Simas  Em ano de eleição, esse é um assunto quente para as provas de vestibular, inclusive para a segunda fase da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e para o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Na hora de estudar a história do voto no Brasil, é importante não se ater apenas às datas, mas ao contexto histórico de cada período em que houve mudanças no sistema eleitoral. O professor de História do grupo Dom Bosco, Ari Hercu--lano de Souza, diz que é importante relembrar as característica do voto censitário no Brasil Império, em que apenas os ho--mens brancos, com mais de 25 anos e renda mí--nima determinada tinham o di--reito de votar. A Cons--tituição que definiu esse sistema foi a de 1824, outorgada por Dom Pedro I. Ela também dava ao imperador o poder moderador, pelo qual podia intervir em todos os outros poderes – Exe--cutivo, Legislativo e Judiciário – e adotava o catolicismo como religião oficial. No período republicano, com a promulgação da Constituição de 1891, o voto passa a ser universal, ou seja, não é mais determinado por renda, mas ainda assim exclui as mulheres, que só conquistam esse direito em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Em 1934 o voto passa a ser obrigatório. O primeiro presidente eleito diretamente foi Prudente de Mo--rais, mas o aluno não pode esquecer que, mesmo com o voto universal, neste período existia o voto de cabresto. “Co--mo o voto não era se--cre--to, patrões e coronéis vigiavam os votos da população para controlar os resultados”, destaca o professor. É importante lembrar também que houve dois períodos em que o voto foi suspenso. De 1937 a 1945, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e entre 1964 e 1985, na Ditadura Militar. Abuso de autoridade A dominação dos grandes proprietários rurais durante a República Velha deu origem à expressão popular “voto de cabresto”. Os fazendeiros utilizavam o seu poder econômico para garantir a eleição dos candidatos que apoiavam. Veja a cronologia do voto no Brasil - 1824 – Dom Pedro I outorga a Constituição, que instituía voto direto para as Assembleias Paroquiais e indireto para as Assembleias Provinciais, a Assembleia Nacional e o Senado. Podiam votar homens livres, com 25 anos ou mais e renda superior a 100 mil réis anuais, mesmo que analfabetos. Não podiam votaras mulheres, escravos (mesmo que alforriados) religiosos e homens que não se enquadrassem na descrição acima. - 1891 – Foi promulgada a primeira Constituição da República. O voto era direto e público (o que permitiu o voto de cabresto). Podiam votar homens alfabetizados, independentemente de sua renda. Mulheres, negros, índios, religiosos e analfabetos não podiam votar. - 1932 – Foi criado o Código Eleitoral Brasileiro, que instituiu o voto secreto e obrigatório para maiores de 21 anos. As mulheres conquistaram o direito ao voto, mas para elas ele era facultativo, assim como para os maiores de 60 anos. - 1946 – Promulgação de nova Constituição, determinando que podiam votar maiores de 18 anos de ambos os sexos, alfabetizados. Não podiam votar analfabetos, praças (soldados e policiais), menores de 18 anos e quem não falasse a língua nacional. - 1988 – Promulgação da atual Constituição. Concessão do direito de voto facultativo a jovens com 16 e 17 anos. Fonte: Ari Herculano de Souza, professor de história do Dom Bosco. Atualidade Com a Constituição Federal de 1988, promulgada na época da redemocratização, o voto ganhou as características que mantém até hoje: é universal, direto e secreto, obrigatório para os

maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos. Na década de 1990, o sistema eleitoral brasileiro ganhou mais uma inovação. Até as eleições de 1994, o voto era feito em cédula de papel, depositada em uma urna de lona. Depois as urnas eram lacradas, encaminhadas ao local de apuração e os votos contados ma--nualmente, um a um. Em 1996, a Justiça Eleitoral Brasileira implantou a urna eletrônica, que no ano 2000 foi adotada por todos os estados brasileiros. Desde então os votos são contados eletronicamente. O sistema é considerado um dos mais seguros do mundo e possibilita saber o resultado das eleições poucas horas depois da votação. NA PRÁTICA - Veja como o assunto pode cair na prova do vestibular  Este conteúdo foi publicado em 03/05/2010  no sitio do Jornal Gazeta do Povo. Todas as modificações posteriores são de responsabilidade do autor original da matéria.